

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

- | | |
|---|----|
| 1.ª Cadeira — DIREITO CIVIL | 3 |
| Prof. Nehemias Gueiros | |
| 2.ª Cadeira — DIREITO PENAL | 9 |
| Prof. Barreto Campelo | |
| 3.ª Cadeira — DIREITO CONSTITUCIONAL | 17 |
| Prof. Mac Dowel Filho | |
| 4.ª Cadeira — CIÊNCIAS DAS FINANÇAS | 23 |
| Prof. Luiz Guedes | |



1 9 4 7

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

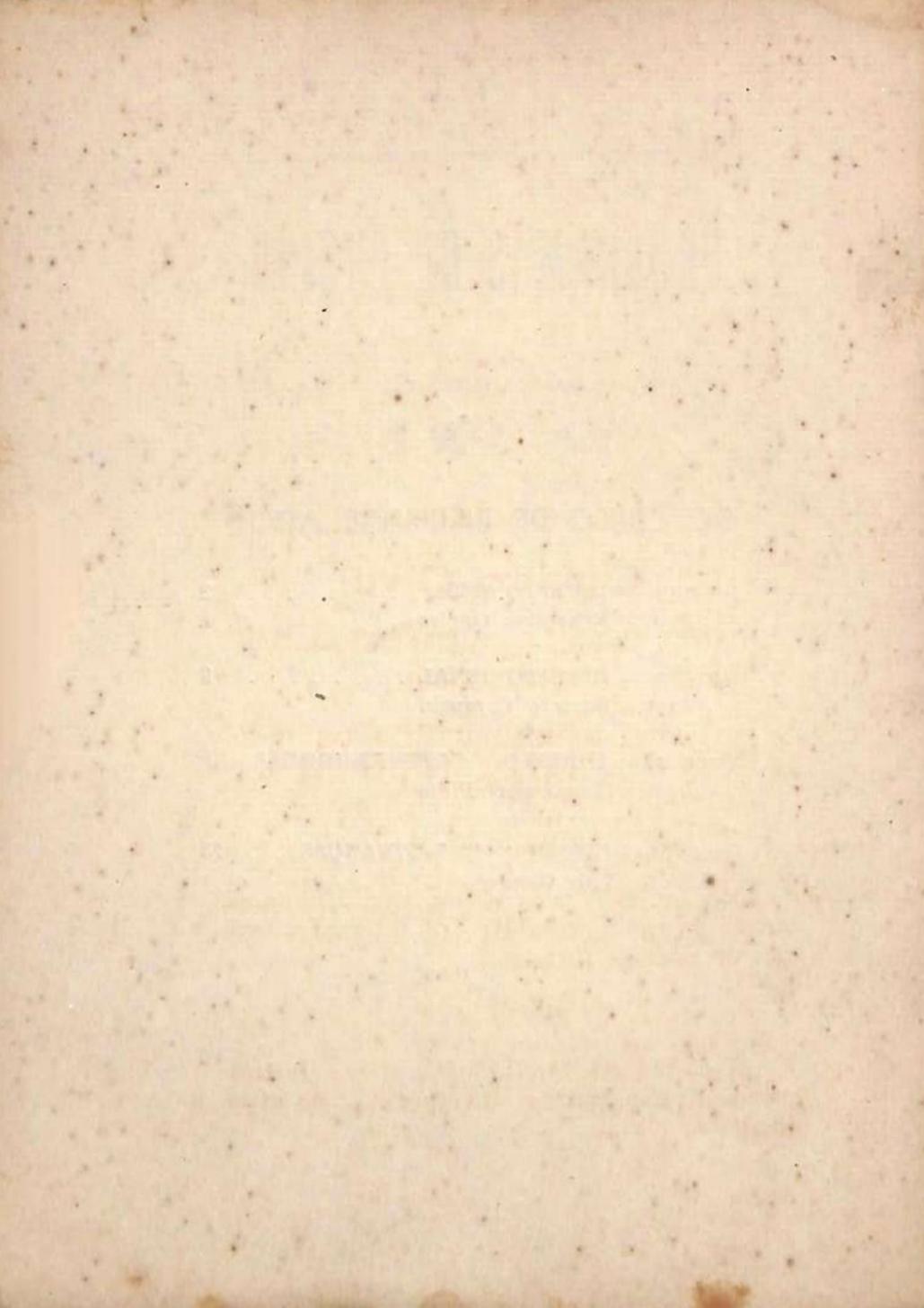
2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

- | | |
|---|----|
| 1.ª Cadeira — DIREITO CIVIL | 3 |
| Prof. Nehemias Gueiros | |
| 2.ª Cadeira — DIREITO PENAL | 9 |
| Prof. Barreto Campelo | |
| 3.ª Cadeira — DIREITO CONSTITUCIONAL | 17 |
| Prof. Mac Dowel Filho | |
| 4.ª Cadeira — CIÊNCIAS DAS FINANÇAS . . | 23 |
| Prof. Luiz Guedes | |



1 9 4 7



1.^a CADEIRA

Direito Civil

**(PARTE GERAL E PARTE GERAL DAS
OBRIGAÇÕES)**

Prof. NEHEMIAS GUEIROS

(Interino)

Ponto 1.^o

Noções do Direito. Como se distingue das outras regras de conduta. As diferentes espécies de normas jurídicas.

Ponto 2.^o

A escola do Direito natural e o historicismo. Apreciação da divergência na atualidade.

Ponto 3.º

A lei: formação, praso de obrigatoriedade: revogação.

Ponto 4.º

Limites da lei no tempo e no espaço. Irretroatividade e direitos adquiridos. Princípios de direito internacional privado consignados no Códigos Civil.

Ponto 5.º

Interpretação e aplicação das leis. Analogia. Os novos métodos de interpretação. Inconstitucionalidade.

Ponto 6.º

O Direito Civil em particular. A questão da unificação do direito privado. O Direito Civil pátrio. Apreciação geral do nosso Código.

Ponto 7.º

Noção e requisitos de Direito consuetudário. Decretos e regulamentos.

Ponto 8.º

Noção e elementos constitutivos e espécies dos direitos subjetivos. Direito e interesse. O dever. As relações jurídicas.

Ponto 9.º

Do sujeito de direito. As pessoas físicas. Estado das pessoas. Começo da personalidade natural. Capacidade. Registro e domicílio. Ausência. Termo da personalidade natural.

Ponto 10.º

Natureza e espécies das pessoas jurídicas. Das associações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção.

Ponto 11.º

Do objeto de direito. Das diferentes classes de bens. Das cousas singulares e coletivas, em particular. Do patrimônio e da herança. Do bem de família.

Ponto 12.º

Fatos e atos jurídicos. Requisitos e interpretação dos atos jurídicos. Aquisição originária e derivada de direitos.

Ponto 13.º

Das modalidades dos atos jurídicos. Noção, espécies e efeitos das condições. Termo e encargo.

Ponto 14.º

Dos efeitos dos atos jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação e fraudes contra os credores.

Ponto 15.º

Da forma dos atos jurídicos e de sua prova. Das nulidades e suas espécies. Anulabilidade. Ratificação e conversão.

Ponto 16.º

Dos atos ilícitos. Dolo e culpa. Espécies e graus de culpa. Da legítima defesa e do estado de necessidade. Responsabilidade sem culpa.

Ponto 17.º

Influência do tempo sobre as relações jurídicas. Da prescrição suas espécies, fundamento, alegação renúncia e efeitos. Prescrição e prazo extintivo. Causas que impedem, suspendem, ou interrompem a prescrição.

Ponto 18.º

Exercício e defesa dos direitos. Limites ao exercício dos direitos. Natureza e natividade de ação. Onus das provas, presunções. Como estas se distinguem das ficções legais.

Ponto 19.º

Conceito de obrigação. Sujeito, objeto e modalidades das obrigações.

Ponto 20.º

Das prestações simples e compostas: conjuntas, genéricas, alternativas e facultativas. de cláusula penal.

Ponto 21.º

Das obrigações indivisíveis. Doutrina francesa. Efeitos da indivisibilidade.

Ponto 22.º

Das obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva, breve apreciação das teorias sobre a solidariedade. Causas e efeitos da solidariedade. Regresso.

Ponto 23.º

Efeitos das obrigações. Do pagamento. Das pessoas que podem pagar e receber. Objeto, lugar, tempo, e prova do pagamento. Dos vícios redibitórios e da evicção.

Ponto 24.º

Do pagamento indevido, por consignação e com subrogação. Imputação do pagamento. Da ação em pagamento.

Ponto 25.º

Definição e requisitos da novação. Suas espécies e seus efeitos.

Ponto 26.º

Da compensação, requisitos, formas e limitações.

Ponto 27.º

Da confusão e da remissão. Noção, requisitos e efeitos da transação. Do compromisso.

Ponto 28.º

Da inexecução das obrigações. Caso fortuito e força maior. Das perdas e danos. A obrigação de indenizar. Nexo causal.

Ponto 29.º

Da móra. Requisitos e efeitos da móra do devedor. A móra do credor. Móra e culpa. Juros.

Ponto 30.º

Cessão de créditos. História, requisitos e efeitos da cessão.

2.^a CADEIRA

Direito Penal

Prof. BARRETO CAMPELO

(Parte Geral)

- 1 — O crime e a pena em sociologia e na história. Exposição e crítica das teorias sobre a legitimidade e extensão do direito de punir. Crimes naturais e legais.
- 2 — Teorias sobre a gênese da criminalidade.
- 3 — Paralelismo entre as condições sociais, o nível e a forma da criminalidade. Sociometria criminal. Aplicação do cálculo de probabilidades à previsão dos índices criminais. Suposta lei de saturação criminal de Ferri.

- 4 — Substitutivos penais.
- 5 — Aspectos da criminalidade no Brasil. Rixa, embriaguês, porte de armas, indisciplina. Vingança de honra e de sangue. Fanáticos e cangaceiros.
- 6 — O Direito Penal como ciência autônoma. Subordinação, por contingência da lei penal ao paradigma político: suas conexões com outras disciplinas jurídicas, especialmente com o direito internacional e o administrativo. Ciências criminais: antropologia, sociologia, medicina legal, psicologia judiciária e penologia. Política criminal.
- 7 — Da chamada escola clássica e seus principais expoentes. Conceito do crime e da pena de acordo com a escola dita clássica. Neo-clássicos e técnicos-juristas.
- 8 — Escola positiva: Lombroso, Ferri e Garófalo. Concepções dessa escola sobre o crime, o criminoso, a pena e os fatores do crime. Criminoso nato. Estigmas de criminalidade.
- 9 — Da terceira escola, suas afinidades e divergências com a escola italiana. Escola sociológica ou francesa. União Internacional do Direito Penal.

- 10 — A periculosidade pré e post-delitual. Prioridade da legislação brasileira em adotar medidas de segurança contra o estado perigoso predelitual.
- 11 — Classificação de criminosos.
- 12 — Divisão dos fatos puníveis quanto ao elemento intencional. Outras divisões. Crimes de ação pública e privada. Crimes políticos, próprios e comuns. Crimes instantâneos, continuados, permanentes formais e materiais.
- 13 — História da legislação penal brasileira. Ordenação. Código Criminal de 1830. Código Penal de 1890. Leis esparsas. Consolidação das Leis Penais. Projeto Sá Pereira e suas modificações. Projeto Alcântara Machado. Código Penal de 1940.
- 14 — Interpretação da lei penal. Exercícios práticos.
- 15 — A lei penal no tempo. Anterioridade e retroatividade da lei penal.
- 16 — A lei penal no espaço. Territorialidade, extraterritorialidade e ultraterritorialidade.

- 17 — Da responsabilidade criminal. Configuração legal do crime e seus elementos essenciais. Sujeito ativo e passivo, objeto do crime. Crime consumado.
- 18 — Dólo, culpa e preterintencionalidade. Voluntariedade ou automatismo das contravenções. O Código Penal de 1940 e as contravenções.
- 19 — Co-autoria. A cumplicidade e sua posição no Código Penal de 1940.
- 20 — Da tentativa. Tentativa punível e impunível, desistência e arrependimento. Crime impedido, falho, impossível ou impraticável.
- 21 — Causalidade. Teoria das concausas: concausas anteriores, simultâneas e supervenientes.
- 22 — Generalidades sobre dirimentes e justificativas. Possibilidade de coincidirem dirimentes e justificativas no mesmo caso. Efeitos da prática de ação incriminada na reparação civil do dano, ocorrendo dirimente em favor do agente.
- 23 — Alienados e retardados mentais. Desenvolvimento mental incompleto. Crítica ao art. 22 do Código Penal.

- 24 — Menores delinquentes. Doutrinas e legislação.
- 25 — Selvagens. Legislação anterior. O Código Penal de 1940 e os selvícolas.
- 26 — Estado de necessidade. Vicissitudes do instituto através da história e da legislação. Direito vigente.
- 27 — O perigo como base das justificativas ou discriminantes. Semelhanças e características diferenciais da situação de fato que legalisa a ação prevista como crime, quando praticada em estado de necessidade. Legítima defesa, obediência a superior hierárquico e sob coação irresistível.
- 28 — Legítima defesa própria, alheia, real, putativa e recíproca.
- 29 — Coação irresistível. Obediência hierárquica.
- 30 — Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito.
- 31 — Erro de direito e de fato, erro acerca da pessoa do ofendido; seus respectivos efeitos sobre a responsabilidade criminal do autor e do terceiro culpado do erro.

- 32 — Agravantes gerais e qualificativas; majorantes.
- 33 — Aula prática sobre o ponto anterior.
- 34 — Reincidência. Reincidência genérica e específica.
- 35 — Atenuantes e minorantes em geral.
- 36 — Estudo particular da menoridade, da velhice e da confissão espontânea de crime cuja autoria seja ignorada ou imputada a outrem.
- 37 — Concurso de agravantes e atenuantes. Fixação da pena nesta hipótese.
- 38 — Aula prática sobre o ponto anterior.
- 39 — Concurso de crimes.
- 40 — Exercícios práticos sobre o ponto anterior.
- 41 — Exposição e crítica das penas na história da legislação penal e no direito vigente.
- 42 — Penas principais, acessórias, complementares e paralelas.
- 43 — Crítica histórica da pena de prisão. Sucedâneos da prisão.

- 44 — Notícias dos sistemas penitenciários. Patronatos de liberados.
- 45 — Condenação condicional ou suspensão condicional da pena. Variantes do instituto em legislação comparada. Paradigma brasileiro.
- 46 — Livramento condicional.
- 47 — Reclusão e detenção.
- 48 — Multa e perda de função pública, interdição de direito e publicação da sentença condenatória.
- 49 — Efeitos da condenação, especialmente o resarcimento do dono.
- 50 — Ação penal, pública, privada e mixta. Decadência do direito de queixa e representação. Renúncia à queixa.
- 51 — Extinção da ação penal e da condenação pelo perdão do ofendido ou prática de ato incompatível com a punição do agente. Justiça de el rei D. Pedro Crú.
- 52 — Prescrição da ação penal e da condenação. Momento inicial e prazos da prescrição. Causas que impedem e interrompem a prescrição.

- 53 — Anistia e graça.
- 54 — Reabilitação do condenado.
- 55 — Generalidades, história e legislação comparada acerca das medidas de segurança.
- 56 — Posição das medidas de segurança no Código Penal de 1940.
- 57 — Requisitos necessários à imposição das medidas de segurança, e forma de sua execução.
- 58 — Aplicação provisória, inobservância, substituição e revogação das medidas de segurança.
- 59 — Medidas de segurança patrimoniais.
- 60 — Medidas de segurança detentivas; manicômio, casa de custódia e tratamento, colônia agrícola, instituto de trabalho, reeducação ou de ensino profissional.
- 61 — Outras medidas de segurança: liberdade vigiada, proibição de frequência a determinados lugares, exílio local.

3ª CADEIRA

Direito Constitucional

Prof. MAC DOWELL FILHO

(Interino)

- 1 — Objeto do Direito Constitucional. Conceito de Constituição. Tipos de Constituição.
- 2 — Evolução histórica do conceito de Constituição. Regimen constitucional e Estado de Direito. Ditadura e Constituição.
- 3 — Origem das Constituições. Poder Constituinte. Constituição e Revolução.
- 4 — Técnica constitucional. Realidade social e Constituição. Hermenêutica constitucional.

- 5 — Método do Direito Constitucional. Relação entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional. Direito Constitucional e outras ciências ou disciplinas afins.
- 6 — Antecedentes do regimen constitucional no Brasil. Constituição de 25 de Março de 1824. Ato Adicional e outras leis constitucionais do Império.
- 7 — Transição da Monarquia para a República. Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.
- 8 — Revolução de Outubro de 1930. Decreto Institucional do Governo Provisório, de 11 de Novembro de 1930. Código dos Interventores.
- 9 — Código Eleitoral. Constituição de 16 de Julho de 1934. Suas emendas.
- 10 — Constituição de 10 de novembro de 1937. Seu ambiente histórico. Suas fontes e espírito.
- 11 — O interregno constitucional. Órgãos e instituições constitucionais suspensos. Órgãos e instituições de ordem constitucional peculiares a este período.

- 12 — Organização nacional e federação. Regimen das relações entre a União e os Estados-membros. A Constituição Federal e a organização dos Estados membros, do Distrito Federal e dos Territórios.
- 13 — Autonomia municipal. Discriminação da competência entre a União, os Estados-membros e os Municípios. Intervenção.
- 14 — Essência do sistema representativo. A função eleitoral e seus órgãos na Constituição Brasileira. O plebiscito.
- 15 — Relação entre os órgãos do Poder. A doutrina da separação dos poderes e a Constituição Brasileira. Presidencialismo e conceito do órgão Supremo.
- 16 — A função legislativa e seus órgãos. O Parlamento Nacional e o Conselho da Economia Nacional. A lei e sua substância, o regulamento, o decreto lei.
- 17 — Processo da elaboração legislativa em geral. O veto. A elaboração orçamentária.
- 18 — A função executiva. O Presidente da República. Os Ministros de Estado.

- 19 — Órgãos de cooperação nas atividades governamentais. Autarquias administrativas. Natureza e limites de jurisdição administrativa.
- 20 — A função pública administrativa. O estatuto dos funcionários públicos. As forças armadas.
- 21 — A função judiciária e seus órgãos. Justiça comum e Justiças especiais. Garantias dos magistrados e das suas decisões.
- 22 — Organização e competência do Supremo Tribunal Federal. Organização e competência da Justiça dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e da Justiça Militar. O problema do Juri.
- 23 — A questão da unidade da Justiça em face da Constituição vigente. Recurso extraordinário. Natureza e limites da fiscalização ou controle judicial de legalidade e constitucionalidade.
- 24 — O indivíduo na Constituição. Nacionalidade brasileira, sua aquisição e perda. Cidadania e direito políticos, sua aquisição, suspensão e perda.
- 25 — Os direitos do homem. Diferença entre os direitos individuais e as suas garan-

- tias. A tricotomia constitucional; liberdade, segurança pessoal, propriedade.
- 26 — Direitos especificados e direitos decorrentes. Restrições expressas no exercício dos direitos individuais e Poder de Polícia. A pena de morte.
 - 27 — Ordem moral e espiritual. A família. A educação e a cultura.
 - 28 — Ordem econômica. Atividade privada e intervenção do Estado. Nacionalização, estatização das atividades econômicas.
 - 29 — Princípios assecuratórios do fomento e da justa retribuição da atividade econômica e do trabalho. Noção da economia popular e sua defesa. A imigração.
 - 30 — Organização sindical e corporativa dos agentes da produção. A corporação considerada como órgão do Poder Público. Regimen corporativo e socialismo.
 - 31 — Legislação do Trabalho. Assistência Social: proteção atual e previdência. Justiça do trabalho.
 - 32 — Segurança Nacional. Defesa interna e externa do Estado. Estado de emergência e Estado de Guerra.

- 33 — Posição constitucional do Estado brasileiro em relação à Igreja. Posição constitucional do Estado brasileiro em relação aos demais Estados americanos. Alteração constitucional.
-

4ª CADEIRA

Ciência das Finanças

Prof. LUIZ GUEDES

Introdução:

- 1 — A ação econômica do Estado. As necessidades coletivas. A atividade financeira, caracteres e limites.
- 2 — Ciência das Finanças, seu conceito. As leis financeiras. Metodologia aplicada ao estudo dos fatos financeiros.
- 3 — Fenômeno financeiro sua natureza. Teorias econômicas e doutrinas sócio-políticas na sua interpretação.
- 4 — Ciência das Finanças e Economia Política. Relação com as demais ciências

sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.

- 5 — Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval sôbre instituto da Finanças Pública. Literatura estrangeira contemporânea.
- 6 — Literatura brasileira em matéria econômico-financeira. Movimento científico no século XIX. Problemas e orientações contemporâneas.

PARTE 1a.

Despesa pública :

- 7 — Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.
- 8 — Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.
- 9 — A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas públicas.
- 10 — Principais categorias de formas concretas de despesas públicas. Despesas

constitucionais, da dívida pública, da defesa da justiça e da educação e instrução.

- 11 — Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

PARTE 2a.

Receita pública:

- 12 — Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.
- 13 — As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.
- 14 — Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e telégrafos. Imprensa nacional. Loteria.
- 15 — Empresas comerciais do Estado. Monopólios fiscais. Bancos do Estado.
- 16 — As receitas ordinárias de direito público: as taxas, as contribuições espe-

ciais, os impostos. Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.

- 17 — As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processo de cobrança.
- 18 — Contribuições especiais. Conceito e fundamento.
- 19 — Os impostos. Terminologia fiscal. Natureza e elementos dos impostos. Função e fundamento do imposto.
- 20 — Princípios técnicos e jurídicos dos impostos. Canones de tributações. Justiça no imposto. Generalidade e universalidade do imposto. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.
- 21 — Postulados econômicos-financeiros do imposto. Suficiência e elasticidade na imposição.
- 22 — Princípios administrativos do imposto. Certeza, comodidade e economia no imposto. Fontes do imposto. Lançamento, liquidação e arrecadação dos impostos.
- 23 — A bi-tributação. Dupla tributação internacional.

- 24 — Classificação dos impostos. Imposto direto e indireto. Imposto real e pessoal. Imposto proporcional e progressivo.
- 25 — O problema dum sistema racional de impostos. Imposto único e sistema de múltiplos impostos. Sistema reais, pessoais e mixtos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.
- 26 — Evolução do imposto. A transformação dos sistemas fiscais.
- 27 — Efeitos dos impostos. Efeitos psicológicos, morais e políticos.
- 28 — Efeitos económicos e financeiros. Incidência e translação do imposto. A amortização ou capitalização do imposto.
- 29 — Evasão do imposto. A fraude fiscal. Medidas preventivas contra evasão ilegal.
- 30 — Pressão fiscal, seu conceito.
- 31 — Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.
- 32 — A penalidade fiscal.

PARTE 3a.

Sistema Tributário Brasileiro:

- 33 — O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.
- 34 — Regimen tributário da República. A distribuição dos impostos no regimen da Constituição de 20 de Fevereiro de 1891 e no da de 16 de julho de 1934 e 10 de Novembro de 1937.
- 35 — Organização atual do quadro tributário brasileiro. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.
- 36 — Direitos aduaneiros: imposto de exportação e de importação.
- 37 — Da renda, seu conceito. Renda tributável. Imposto de renda e caracteres. Sistemas de imposto de renda.
- 38 — Imposto de renda no Brasil.
- 39 — Imposto de consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sobre objetos considerados de luxo.

- 40 — Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Finalidades e recursos.
- 41 — Imposto de sêlo, seu fundamento. O imposto do sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenções, multas e recursos.
- 42 — Imposto sôbre a propriedade territorial: Bases e processos de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O imposto predial. Imposto predial no Recife.
- 43 — Imposto de transmissão de propriedade inter-vivos.
- 44 — Imposto de sucessão, sua evoluçãc. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados na Federação. Imposto de sucessões em Pernambuco.
- 45 — Imposto de indústria e profissões.
- 46 — Imposto sôbre vendas e consignações.

PARTE 4a.

Receitas extraordinárias — Crédito público:

- 47 — Do crédito público. Natureza e princípios.

- 48 — Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívidas públicas. Dívida flutuante e dívida consolidada.
- 49 — Empréstimos. Empréstimos externos e internos. Empréstimos forçados, voluntários e patrióticos; perpétuos e amortizáveis. Negociações de empréstimos.
- 50 — Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista da técnica financeira. Amortização, conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.
- 51 — Dívida pública brasileira. Os serviços da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.
- 52 — Finança de guerra. Dívida de guerra, sua significação. Impostos e empréstimos em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.
- 53 — Imposto sobre lucros extraordinários e imposto de emergência sobre o capital.

PARTE 5a.

Administração financeira — Orçamento

- 54 — Noção de orçamento. Importância jurídica, política e financeira do orçamento.

- 55 — Direito orçamentário: sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França e no Brasil.
- 56 — Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.
- 57 — Preparação do orçamento. Método de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.
- 58 — Equilíbrio orçamentário. Saldos e déficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.
- 59 — Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercício e de gestão. Conteúdo do orçamento.
- 60 — Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.
- 61 — Execução do orçamento. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.
- 62 — Inexistência de verba. Insuficiência das verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.

- 63 — O contrôle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.
- 64 — O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.
- 65 — O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.
- 66 — As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.
- 67 — Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monárquico. Finanças do regimen republicano. O inflacionismo continuado.
- 68 — Legislação financeira no Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e Municípios. O Código Tributário de Pernambuco.

